

Comissão mantém pagamento de 'royaltes' aos Estados

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização manteve ontem a redação do parágrafo 1º do artigo 19 do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que assegura aos Estados e municípios o pagamento de "royaltes" pela "exploração econômica e aproveitamento de todos os recursos naturais em seus territórios", bem como em sua "plataforma continental e mar territorial". Ainda ontem, por oitenta votos a onze, a comissão aprovou emenda do deputado Prisco Viana (PMDB-BA) —no-



vo ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente—, mantendo a atual alíquota destinada aos órgãos da administração direta da União, como a que a Marinha recebe pela exploração de petróleo.

A emenda de Prisco acabou derrotando proposta do deputado José Serra (PMDB-SP), que restringia o pagamento dos "royaltes" apenas para exploração de petróleo e gás natural. Com a manutenção do texto, "todos os recursos naturais" poderão ser taxados, desde que regulamentados por legislação ordinária.

A comissão manteve inalterado o texto de Cabral que inclui entre os bens da União "as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios".

CNI pede exclusão da estabilidade

O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), e o líder do partido no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), reuniram-se ontem, das 10h às 15h, com a diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para ouvir dos empresários o pedido para que atuem junto aos constituintes para eliminar a estabilidade no emprego e a não prescrição de direitos trabalhistas. A saída, Cardoso disse que isso "vai depender de negociações entre trabalhadores e empresários; o que eles acertarem eu prometo que o PMDB viabiliza".

Ulysses achou a reunião "proveitosa, porque procuramos a harmonia

entre capital e trabalho", afirmou, acrescentando que "a questão da estabilidade no emprego e das relações entre patrões e empregados precisa ter um entendimento para se achar uma solução consensual".

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, acha que "é possível um acordo" entre empresários e trabalhadores.

Os empresários também vão tentar alterar a remuneração dobrada das horas extras, a contratação de empregados com idade superior a 45 anos de idade, a proibição de mão de obra temporária e outros dispositivos já aprovados.

O que foi aprovado ontem

Título III
Da Organização do Estado
Capítulo II
Da União
Art. 19º

IX — as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios;

X — os bens que atualmente lhe pertencem ou que lhe vierem a ser atribuídos.

§ 1º — É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração direta da União, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental, do mar territorial e do subsolo respectivos.

§ 2º — A faixa interna de até cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, é considerada indispensável à defesa das fronteiras e será designada como faixa de fronteira, conforme dispuser lei complementar.

Art. 20 — Compete à União:

I — manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II — declarar a guerra e celebrar a paz;

III — assegurar a defesa nacional;

IV — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, sob o comando de autoridade brasileira;

V — decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI — autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII — emitir moeda;

VIII — administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX — elaborar e executar planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados pelo Congresso Nacional;

X — manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI — explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão:

a) os serviços nacionais, interestaduais e internacionais de telecomunicações, radiodifusão e transmissão de dados;